

M
A

CARTA DE COMPROMISSO
- Unidade de Saúde Familiar Rainha Santa Isabel -
Modelo A

O Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) Baixo Mondego representado pelo seu Diretor Executivo, Dr. António Manuel Pinto Brochado Moreira de Moraes e a Unidade de Saúde Familiar (USF) Rainha Santa Isabel pelo seu Coordenador, Dr. Lineu Palmeira constituída com base na aprovação do Parecer Técnico da Equipa Regional de Apoio (ERA), por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP (ARSC) em 27 de junho de 2012, assumem nesta data a presente Carta de Compromisso, nos termos do artigo 6.º do DL n.º 298/2007 de 22 de Agosto, com efeitos para o ano civil de 2013, que se rege pelas seguintes condições:

1. A USF Rainha Santa Isabel é parte integrante do ACES Baixo Mondego sendo constituída por uma equipa multiprofissional, médicos, enfermeiros e administrativos, identificada no **Anexo I**
2. A USF tem na presente data 9361 utentes inscritos, que correspondem a uma dimensão ponderada de 12034 inscritos, podendo até ao final de 2013 inscrever até 10 500 utentes
3. A USF fica sujeita ao cumprimento das metas explícitas no **Anexo II** – Compromisso Assistencial Contratualizado – onde constam os seus objetivos de desempenho para a carteira básica de serviços e carteira adicional de serviços.
4. Durante o ano de 2013 serão ainda monitorizados os indicadores explicitados no **Anexo III**.
5. Paralelamente à contratualização referida no número 3, a USF compromete-se a construir um Plano de Acompanhamento Interno, nos termos do artigo 7.º da Portaria 301/2008 de 18 de Abril, baseado numa linha de orientação comum organizacional ou clínica (**Anexo IV**), desencadeando, assim, um processo de autoavaliação, que tem por objetivo atingir a acreditação. O referido plano, a implementar durante o ano de 2013, deverá ser construído com o apoio do ACES, nomeadamente do Conselho Clínico e de Saúde, e da Equipa Regional de Apoio no âmbito do processo de acompanhamento das USF, ficando o ACES responsável pela verificação da concretização do mesmo.

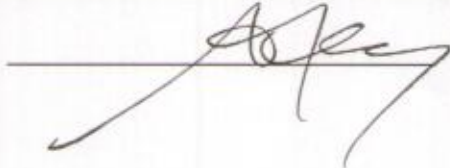
14
J

6. A USF compromete-se a efetuar, rigorosa e sistematicamente, no Sistema de Informação, os registros de todos os dados necessários à análise da sua atividade, sem os quais esta não poderá ser considerada em sede de contratualização.
7. A USF aceita e disponibiliza-se para prestar a colaboração necessária à realização de auditorias e ações de acompanhamento que venham a ser determinadas pela ARSC ou outras entidades para tal mandatadas pelo Ministro da Saúde, segundo a alínea h) do n.º4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 298/2007, 22 de Agosto.
8. A USF deve elaborar um Relatório de Atividades, focalizado no compromisso assistencial contratualizado, bem como um plano de aplicação dos incentivos institucionais, de acordo com o procedimento homologado e divulgado no portal da ARSC.
9. A ARSC, através do ACES, deve garantir as condições de funcionamento adequadas, de modo a que a USF cumpra as atividades previstas na carteira básica de serviços e na carteira adicional de serviços, aceite para o período em questão, disponibilizando os recursos mencionados no Manual de Articulação – **Anexo V** – de acordo com o artigo 6.º, n.º3, alínea a) e capítulo IV, ambos do Decreto-Lei n.º298/2007, 22 de Agosto.
10. Até 28 de Fevereiro¹ do ano seguinte, a ARSC, nos termos da Portaria 301/2008 de 18 de Abril, comunica à USF a decisão relativa à atribuição de incentivos, em consonância com o relatório de avaliação do processo negocial/contratual elaborado pelo Departamento de Planeamento e Contratualização.
11. A ARSC aprova o plano de aplicação dos incentivos institucionais proposto pela USF de acordo com os prazos previstos no procedimento homologado e divulgado no portal institucional.
12. O acompanhamento do desempenho da USF, a executar pela Unidade de Apoio à Gestão (UAG) do ACES, e com o apoio do Departamento de Planeamento e Contratualização se solicitado, efetua-se de forma automática e por via eletrónica, não sobrecarregando a USF com carga administrativa adicional. No entanto, sempre que necessário, a USF deve disponibilizar-se para prestar os esclarecimentos considerados como relevantes e solicitados pelo Diretor Executivo do ACES ou pela ARS.
13. Se circunstâncias imprevisíveis determinarem a desatualização das metas definidas no presente acordo (**Anexo II**), as partes contratantes assumem o compromisso de rever os referidos termos.

¹ O cumprimento do prazo está sujeito à disponibilização dos resultados finais dos indicadores negociados.

14. O não cumprimento do articulado deste compromisso, por parte da USF, poderá excluí-la da atribuição dos incentivos institucionais, mesmo que as metas tenham sido atingidas, ou conduzir mesmo a uma reavaliação do processo de constituição e de desenvolvimento da USF por decisão da ARSC.
15. Nos termos do artigo 17.º, n.º4, do Decreto-Lei n.º298/298, de 22 de Agosto, e do artigo 6.º, n.º2, da Portaria n.º301/2008, 18 de Abril, o incumprimento das metas contratualizadas não releva se o mesmo tiver origem na não disponibilização atempada, por parte da ARSC, dos recursos mencionados no **Anexo V**.

O Diretor Executivo do ACES
Dr. António Manuel Pinto Brochado Moreira de Morais



O Coordenador da USF
Dr. Lineu Manuel Gândara Palmeira



Coimbra, 18 de junho de 2013

ANEXOS:

- I – Constituição da Equipa
- II – Compromisso Assistencial Contratualizado
- III – Lista de indicadores para monitorização
- IV – Plano de Acompanhamento Interno
- V – Manual de Articulação ACES/USF

ANEXO I – CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA

Identificação, grupo profissional e vínculo laboral dos elementos da equipa

Nome	Grupo Profissional	Vínculo
Lineu Manuel Gândara Palmeira	M	RCTFPTI
Jorge Alfredo de Miranda Pereira	M	RCTFPTI
Maria Clara Morgado de Carvalho Oliveira	M	RCTFPTI
Maria da Purificação Ramos	M	RCTFPTI
Dina Manuela Correia Tavares Martins	M	RCTFPTI
Maria João Cunha Samora	M	RCTFPTI
Ana Cristina Pais Abreu Ferreira	E	RCTFPTI
Élia Margarida Filipe Vale	E	RCTFPTI
Eugénia Paula Mota Marques Mesquita	E	RCTFPTI
Tânia de Fátima Simões Rodrigues	E	RCTFPTI
Lina Maria Simões Marques	E	RCTFPTI
Sandra Isabel Rodrigues Gaspar	E	RCTFPTI
Alda Maria Gonçalves Ventura	AT	RCTFPTI
Paula Alexandra Coelho Trindade Barata Queiroz	AT	RCTFPTI
Célia Maria Alves Vilão	AT	RCTFPTI
Maria Arminda Ferreira Augusto Simões	AT	RCTFPTI
Maria Isabel Vaio	AT	RCTFPTI

Grupo Profissional: AT – Assistente Técnico; E – Enfermeiro – M – Médico

Vínculo: ND (CTFPTI) - Nomeação Definitiva (Contrato Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado); CTTC -

Contrato de Trabalho a Termo Certo; CTTI - Contrato de Trabalho a Termo Incerto

ANEXO II – COMPROMISSO ASSISTENCIAL CONTRATUALIZADO

A - CARTEIRA BÁSICA DE SERVIÇOS - INDICADORES

(Atribuição de incentivos institucionais)

[Art. 2.º, n.º2, alínea a) da Portaria n.º 301/2008, 18 de Abril - Anexo I]

Área	N.º S.I.	Indicador	Meta
Acesso	3.12	Percentagem de consultas ao utente pelo seu próprio médico de família	85%
	2013.002.v1	Taxa de utilização global de consultas médicas	70%
	4.18	Taxa de visitas domiciliárias médicas por 1.000 inscritos	20‰
	4.30	Taxa de visitas domiciliárias de enfermagem por 1.000 inscritos	125‰
Desempenho Assistencial	5.2	Percentagem de mulheres entre os 25 e 64 anos com colpocitologia atualizada	40%
	2013.020.v1	Proporção de hipertensos com idade inferior a 65 anos, com pressão arterial inferior a 150/90 mmHg	50%
	5.4M 2	Percentagem de diabéticos dos 18 aos 75 anos com pelo menos duas HbA1C registadas nos últimos 12 meses, desde que abranjam os 2 semestres	80%
	5.10M i	Percentagem de hipertensos com pelo menos uma avaliação de pressão arterial em cada semestre	82%
	2013.027.v1	Proporção de crianças com 2 anos com PNV cumprido até ao segundo ano de vida	96%
	2013.047.v1	Proporção de inscritos com idade maior ou igual a 14 anos com registo de hábitos tabágicos	45%
	6.12	Percentagem de primeiras consultas na vida efetuadas até aos 28 dias	90%
	6.9 M	Percentagem de primeiras consultas de gravidez no primeiro trimestre	86%
Satisfação dos utentes	-	Percentagem de utilizadores satisfeitos/muito satisfeitos (aplicação de inquérito --- classificação final)	-
Eficiência	7.6 d4	Custo médio de medicamentos faturados (PVP) por utilizador ²	148,50€
	7.7 d1	Custo médio com MCDT faturados, por utilizador do SNS	43,00€

² A meta contratualizada incorpora uma redução de 4,06% no custo por utilizador decorrente da revisão anual do preço do medicamento de acordo com a Portaria n.º 91/2013 de 28 de Fevereiro.

B - CARTEIRA BÁSICA DE SERVIÇOS – ALARGAMENTO DE HORÁRIO

(Artigos 10.º, n.º 5, 30.º, 32.º e 34.º do Decreto-Lei n.º298/2007, 22 de Agosto)

A USF não contratualiza alargamento de horário

C – CARTEIRA ADICIONAL DE SERVIÇOS

(Art. 6.º, n.º6 e 7, do Decreto-Lei n.º298/2007, 22 de Agosto)

(Portaria n.º1368/2007, 18 Outubro, Anexo II)

A USF não contratualiza Carteira Adicional de Serviços

ANEXO III – INDICADORES PARA MONITORIZAÇÃO EM 2013

Área	N.º S.I.	Indicador
Diabetes	2013.042.v1	Proporção de utentes com diabetes tipo 2 com terapêutica com metformina
Diabetes	2013.097.v1	Proporção de utentes com diabetes, com microalbuminúria no último ano
Diabetes	2013.039.v1	Proporção de utentes com diabetes, com o último registo de HbA1c inferior ou igual a 8,0%
Diabetes	2013.096.v1	Rácio entre a despesa faturada com inibidores DPP-4 e a faturada com antidiabéticos orais, em doentes com diabetes mellitus tipo 2
Hipertensão	2013.021.v1	Proporção de utentes com hipertensão arterial, com prescrição de anti-hipertensores do tipo tiazídico
Rastreio Oncológico	2013.044.v1	Proporção de mulheres entre [50; 70[anos, com mamografia registada nos últimos dois anos
Rastreio Oncológico	2013.046.v1	Proporção de inscritos com idade entre [50; 75[anos, com rastreio de cancro do cólon e reto efetuado
Saúde Adultos	2013.065.v1	Proporção de utentes com idade igual ou superior a 75 anos, com prescrição crónica inferior a cinco fármacos
Transversal	2013.053.v1	Proporção de inscritos com idade igual ou superior a 14 anos, com quantificação dos hábitos alcoólicos nos últimos 3 anos

ANEXO IV- PLANO DE ACOMPANHAMENTO INTERNO
(Art. 7.º da Portaria 301/2008, 18 de Abril)

17
2

Área de Acompanhamento
Infeções do trato urinário

ANEXO V – MANUAL DE ARTICULAÇÃO

Recursos físicos, técnicos, humanos e financeiros

(Artigos 6.º, n.º3, alíneas a e b) e 18.º do Decreto-Lei n.º298/2007 de 22 de Agosto)

O manual de Articulação entre o ACES Baixo Mondego e a Unidade de Saúde Familiar Rainha Santa Isabel encontra-se em elaboração, devendo estar acordado até 30 de Julho 2013